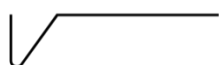


A Tunísia e o(s) “mundo(s) árabe(s)” em discurso: a Análise do Discurso Francesa como chave teórico-metodológica



Leonardo Pagano Landucci¹

Resumo

A Análise do Discurso Francesa não é apenas um método, mas uma importante teoria com contribuições nas mais diversas áreas das Ciências Humanas. Sua definição de discurso convida o pesquisador a estremecer as bases positivistas do conhecimento científico e questionar conceitos tratados de forma essencialista. Esse é o caso do “mundo árabe”, comumente abordado a partir de uma visão Orientalista, simplista e de forma homogênea, tirando a sua historicidade e suas especificidades dos centros da análise. O presente artigo propõe uma análise da Tunísia no período pós-Revolucionário, por meio da Análise do Discurso Francesa, pelo país se encontrar em um “entre-lugar” identitário entre mundo árabe e a região mediterrânea secular. De um lado, baseado no discurso acadêmico, o país encontra-se na homogeneizante categoria de “mundo árabe”, onde sua população, fé e, principalmente, política se mantêm discursivamente presas às ideias de Oriente do Orientalismo. De outro, seus políticos e a mídia ocidental fazem uso de um discurso político de especificidade, lançando mão de uma identidade mediterrânea para se diferenciar de países africanos e orientais. Em suma, a proposta central do artigo é elaborar uma discussão sobre os aspectos positivos do uso da Análise do Discurso Francesa para as Relações Internacionais, tendo a Tunísia como estudo de caso.

Palavras-chave: análise do discurso francesa — Tunísia — relações internacionais — teoria — metodologia.

¹ Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” — Unesp —, Universidade Estadual de Campinas — Unicamp — e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP). Professor conferencista de Cultura e Linguagem na Unesp Franca. Bacharel em Relações Internacionais pela Unesp Franca. E-mail: leonardo.landucci@unesp.br.

Abstract

French Discourse Analysis is not merely a method but an important theory with contributions across various fields of the Humanities. Its definition of discourse invites researchers to shake the positivist foundations of scientific knowledge and to question concepts that are often treated in an essentialist manner. This is the case of the ‘Arab world’, commonly approached from an Orientalist, simplistic, and homogeneous perspective, stripping it of its historicity and specificities within analytical frameworks. This article proposes an analysis of Tunisia in the post-Revolutionary period through the lens of French Discourse Analysis, given that the country finds itself in an “in-between” identity space between the Arab world and the secular Mediterranean region. On the one hand, based on academic discourse, Tunisia is placed within the homogenizing category of the ‘Arab world’, where its population, faith, and, above all, its politics and the Western media remain discursively bound to Orientalist ideas of the East. On the other hand, its political elites have employed a discourse of specificity, mobilizing a Mediterranean identity to distinguish the country from other African and Eastern nations. In short, the central aim of this article is to develop a discussion on the positive contributions of French Discourse Analysis to the field of International Relations, using Tunisia as a case study.

Keywords: french discourse analysis — Tunisia — international relations — theory — method.

Introdução

O discurso nas Relações Internacionais (RI) se tornou um componente inovador e produtivo a partir do fim da Guerra Fria (Resende, 2011). Com a desestabilização da visão positivista de ciência do campo das RI, a possibilidade de realização de pesquisas transdisciplinares modelou a área no século XXI. Não é surpreendente, portanto, encontrar perspectivas críticas sobre o discurso ou que reconheçam a centralidade da Linguística para o entendimento do mundo e das relações entre os países.

Dentro dessas inovações, é possível considerarmos a Análise do Discurso Francesa (ADF) como uma produtiva chave teórico-metodológica para as RI. Fruto do pensamento francês da década de 1960, sua síntese e construção teórica foi elaborada no seio dos estudos linguísticos brasileiros por Orlandi (2005) e Brandão (1995), cujas bases nos permitem reflexões sobre ideologia, silenciamento, interdiscurso e produções discursivas.

Dentre os conceitos centrais trabalhados pelas autoras está a própria definição de discurso como um “jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquivas e também como luta” (Brandão, 1995, p. 37), na qual o próprio tecido das relações sociais é construído. Essa conceituação nos permite entender o caráter crítico e

questionador do discurso. Em última instância, a análise do discurso não é a busca por uma verdade cientificamente válida, mas a elaboração de uma construção de verdade específica.

Como entendido por essas autoras, o que vai dar sentido para o discurso é seu contexto sócio-histórico ideológico e o interdiscurso, conhecido como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2005, p. 33). Partindo desses pontos conceituais, podemos entender a ADF como uma ferramenta teórico-metodológica crítica, buscando respostas na história e na (re)produção de percepções sobre a própria realidade.

Engana-se, segundo a ADF, aquele que, imerso em um contexto ideológico, defende uma neutralidade axiológica para o conhecimento, especialmente se considerarmos aquele produzido pelas RI. Nessa esteira, podemos entender a conexão direta entre tais preceitos e as críticas de Said (2007) ou Spivak (1994) sobre a produção do conhecimento e a reverberação de uma voz singular, ocidental e masculinizada sobre o mundo.

Tendo os países do Norte Global detido não apenas um poder colonial sobre o Sul, como uma estrutura acadêmica predominantemente de opressão, é importante entendermos as lógicas de produção do conhecimento como ligadas às amarras da dominação. Evidentemente, com a gestação da ciência moderna no seio da visão do homem europeu e, posteriormente, estadunidense como o *ethos* do homem desenvolvido, seria necessário revestir tal conhecimento com uma armadura de neutralidade fictícia para sustentar tal lógica (Abdelkader; Adiong; Mauriello, 2016).

Esse caso se torna interessante tendo em vista o chamado “mundo árabe” como um estudo de caso. Fonte de exotismo, erotismo, liberdade e depravação nos primeiros encontros exploratórios pelos europeus, o Oriente Médio e o Norte Africano se tornaram espaços de medo, repressão sexual e opressão, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Said, 2007). Essa construção cientificamente neutra sobre o “mundo árabe”, como Said (2007) vai chamar de Orientalismo, produziu análises homogeneizantes e simplistas sobre os países da região.

Aqui, o Orientalismo é entendido como um discurso a-histórico que busca cindir o mundo em uma parcela ocidental e uma oriental, em que cada uma apresenta certos valores essencializados e cristalizados (Said, 2007). Não obstante, encontramos no colonialismo e imperialismo as raízes de tal discurso homogeneizante e que constrói certas características para o “mundo árabe”, em especial questões como autoritarismo, fanatismo e extremismo.

Para contrapor tais perspectivas, propomos a ADF como uma chave teórico-metodológica. Dando base aos nossos argumentos, utilizamos a Tunísia como um país de relevância por discursivamente se encontrar em um entre-lugar que mostra a instabilidade dos discursos acadêmicos, midiáticos e políticos sobre o “mundo árabe”. O conceito de “entre-lugar” aqui utilizado surge a partir da colaboração de Santiago (2000) e Bhabha (2012), em que o encontro de identidades, atravessadas de modo geográfico e político, cria espaços discursivos para formulações inovadores. Em outras palavras, e de acordo com nosso estudo de caso, apesar de ser composta por uma maioria árabe e muçulmana, a Tunísia historicamente se aproveitou de sua posição geográfica e de sua história colonial para se distanciar da imagem do “mundo árabe”, defendendo uma identidade Mediterrânea a partir desse espaço do “entre-lugar”.

Esse jogo discursivo “entre mundos” não é apenas um objeto interessante para a ADF, pois também se apresenta como consequência de um interdiscurso de identidade e alteridade do Ocidente em relação ao “mundo árabe”. Dessa forma, trazemos como objetivo central do presente artigo a elaboração de uma examinação da ADF como uma chave de leitura crítica sobre conceitos, saberes e discursos sobre o Oriente Médio e o Norte Africano, com o olhar específico para a Tunísia em meio a tais construções.

Para isso, o presente artigo foi separado de modo a introduzir de maneira breve a ADF em seu contexto histórico e conceitual. Esses conceitos trazem desafios aos pesquisadores que serão entendidos em duas seções distintas. De um lado, temos as implicações epistemológicas, de questionamento de verdades científicas neutras e unidimensionais. Do outro, temos os contornos metodológicos, que dão a base para a pesquisa. Ambos os campos são analisados a partir da ponte com as RI. Finalmente, finalizaremos com uma análise sobre a percepção do discurso midiático ocidental em torno da Tunísia, os principais achados de nossas investigações e como elas tensionam os saberes das RI a partir da ADF.

Apresentação geral da teoria

A Linguística como disciplina passou por uma mudança profunda em suas formulações tradicionais quando Saussure (1995) diferenciou o discurso da língua (Rocha; Camargo, 2011). Para o autor, a língua apresentava um caráter difuso e incoerente, sem

possibilidade de análise, enquanto o discurso poderia ser estudado a partir de seus caracteres estruturais e internos. Apesar de vanguardista, essas ideias se restringiram à formalização de um estudo estrutural, ignorando o peso do discurso como um espaço de atuação histórica e política.

A partir dessa abertura inicial, nos anos 1960 na França, um debate muito positivo entre autores surgiu, com a intenção de posicionar a história e a ideologia dentro do discurso. Ela nasceu de uma tradição reflexiva europeia, tendo como base a transdisciplinaridade e sendo fruto de preocupações sobre a história e a filosofia. Esses conceitos, da forma como os abordamos, ganharam fôlego e foram traduzidos para o público brasileiro por meio de Brandão (1995) e Orlandi (2005), cuja base permitiu sua expansão para outras áreas do conhecimento e, em outros trabalhos, pôde desenvolver uma chamada Análise do Discurso Brasileira.

Um passo definitivamente central para o desenvolvimento dessa teoria é a contribuição de Bakhtin (2002), cujo esforço vinculou a língua ao espaço da manifestação da luta de classes. Seria, portanto, improdutivo tentarmos compreendê-la apenas a partir de uma formulação estrutural, posicionando diretamente a ideia de ideologia para dentro do campo.

De qualquer modo, o que compreendemos como ADF não é apenas a contribuição de autores franceses ou russos, como é o caso de Bakhtin, mas o aprofundamento e ligação das categorias desses autores por brasileiros. É, por isso, que Orlandi (2003) vai fazer uma Análise do Discurso Brasileira, tendo a academia do Brasil prosseguido e mudado as discussões sobre discurso. Apesar de reconhecermos essa nomenclatura, por fins de uso, manteremos a Análise do Discurso Francesa como termo-chave para o entendimento dessa múltipla escola presente em muitos países.

Para além do conceito de discurso apresentado, podemos entender, a partir de tal perspectiva, o discurso como “o espaço onde o sentido intersubjetivo é criado, sustentado, transformado e, conformemente, se torna constitutivo da realidade social” (Holscheiter, 2014, p. 3). Ambas as conceituações mostram o caráter produtivo da definição de discurso, posicionando em seu cerne as ideias de poder, a partir de uma perspectiva foucaultiana.

Sua significação, no entanto, não é única, dependendo do interdiscurso para seu sustento e expansão. Além disso, é a partir do contexto social e histórico que o seu sentido

pode ser estabilizado pelo agente social. Em última instância, é essa dinâmica que conforma as formações discursivo-ideológicas, ou seja, tudo aquilo que “pode e deve ser dito” (Orlandi, 2005, p. 43), considerando o contexto específico.

Partindo dessa ideia, somos apresentados a um sujeito que não é completamente livre para fazer aquilo que quiser sobre o discurso, mas que, de acordo com as restrições de sentido do seu próprio contexto, pode fazer uso de uma pluralidade de formações discursivo-ideológicas para construí-lo (Landucci, 2025). Esse processo é profundamente ligado à memória, fator central para entendermos, por exemplo, como o interdiscurso se apresenta como uma força modeladora de realidades.

A Análise do Discurso, em última instância, não vai se preocupar com a obtenção de uma verdade cientificamente válida, mas vai se debruçar sobre processos de construção do texto em contexto (Van Dijk, 2008). Suas perspectivas são plurais, partindo de uma gênese comum na necessidade de entender como lógicas históricas e sociais aparecem no discurso dos agentes sociais.

Ainda, como destaca Ferreira (2003), é importante conhecer os aspectos teóricos da ADF, pois, ao contrário das análises parciais feitas, que a utilizam apenas como ferramenta metodológica, ela apresenta contornos conceituais que precisam ser entendidos. Nesse sentido, apesar de muitos estudos se basearem na Análise do Discurso como ferramenta metodológica, eles falham por não reconhecer sua faceta teórica.

Essa breve descrição inicial busca apresentar ao leitor as questões contempladas pela teoria, de modo a compreendê-la de maneira mais completa quando abordamos a sua importância como chave de leitura do “mundo árabe”. De modo geral, entender o discurso de maneira crítica e como produtor de realidades a partir do tensionamento de ideologias variadas nos permite começar a ensinar a relevância de tal perspectiva para o estudo do Oriente Médio e Norte Africano.

Implicações epistemológicas

Para compreendermos as implicações epistemológicas de uma teoria crítica como a ADF, precisamos refletir sobre a forma pela qual o conhecimento é construído e, acima de tudo, o que é considerado conhecimento ou não. Para realizar uma ilustração geral das

principais implicações epistemológicas da ADF, podemos encarar as RI e a sua construção do *ethos* disciplinar.

O processo de construção da identidade das RI emergiu como um desenvolvimento duplo: de um lado, houve o estabelecimento de um *ethos* relacionado à violência do Outro (Bakir, 2023); de outro, foi possível perceber uma reescrita da história, segundo a qual o Ocidente seria o protagonista (Zarakol, 2022). Não obstante, é possível conectar diretamente o desenvolvimento da disciplina com uma cristalização do debate dentro de uma esfera ocidental, sustentando uma academia monolítica e imperialista.

Esse argumento é relacionado diretamente como estabelecimento do *ethos* disciplinar. Como Fuentes (2004) critica, existe uma visão dominante dentro das Ciências Humanas que se mascara a partir de uma suposta neutralidade axiológica para se munir de racismos e intolerâncias. Essa perspectiva está diretamente relacionada à dominância Branca, Anglo-saxã e Protestante (WASP, do inglês *White, Anglo-Saxon and Protestant*) dentro das RI, por exemplo.

De fato, as críticas do autor iam ao encontro da perspectiva de Samuel Huntington (1996), cujas ideias fundaram a teoria do Choque de Civilizações. Segundo esse desenvolvimento teórico, o mundo passaria a enfrentar conflitos diretos por conta de suas divisões culturais e étnicas, a partir de divisões essencialistas e simplistas da realidade. O argumento torna-se ainda mais limitante ao iniciar uma reiteração da importância do Ocidente se defender das outras civilizações.

É preciso compreendermos que as RI foram fundadas para munir o Norte Global de ferramentas acadêmica para a guerra, colonização e domínio de populações do Sul Global, enquanto revestida pela segurança da neutralidade axiológica. Em tal passo, os achados de Huntington (1996) apenas chocam olhares desatentos e cuja visão não notou a construção da área nessa esteira.

É apenas com o fim da Guerra Fria e o processo de descolonização que outras perspectivas começam a adentrar o cânone da disciplina e as condições de produção do discurso sobre as RI começam a incluir a resistência ao *ethos*. Se Huntington (1996) falava de Choque de Civilizações, essa abertura permitiu que o Choque de Ignorâncias de Said (2001) entrasse no âmago da disciplina e fosse desenvolvido ainda mais em seu cerne por autores como Eid e Karim (2014).

Essa teoria apontava para um caminho criticamente distinto daquelas conclusões de Huntington (1996), mostrando como a ignorância é utilizada por políticos, comentaristas e acadêmicos para separar as sociedades em grupos completamente distintos, ignorando suas conexões. O desenvolvimento dessa ideia mostra como a resistência ao WASP ativamente buscava desconstruir a essencialização teórica das RI e mostrar a complexidade do mundo.

No entanto, o trabalho não era apenas teórico. Como apontam Abdelkader, Adiong e Mauriello (2016), a dominância ocidental das RI se sustentou por meio de múltiplas frentes:

- (1) a compreensão sistêmica das questões e dos assuntos globais; (2) a bem-sucedida vinculação do passado histórico (ocidental) à continuidade do presente (ocidental); (3) a experiência hegemônica (ocidental) de colonização do Sul Global por meio de força militar incomparável; (4) os vastos recursos (ocidentais) em finanças, institutos de pesquisa, universidades, centros de reflexão (think tanks) e bolsas acadêmicas, entre outros; e (5) as precárias condições das comunidades acadêmicas de Relações Internacionais não ocidentais, incluindo barreiras culturais e linguísticas (Abdelkader; Adiong; Mauriello, 2016, p. 17, tradução nossa).

Em tal medida, entender também o aparato material e financeiro utilizado pelo Ocidente para manter essa estrutura de dominação é vital. Inclusive, compreender tal lógica é entender que o discurso também é composto e sustentado pelo contexto econômico de produção e de ideologias, como defende a ADF. Desse modo, apenas dominando o maquinário acadêmico é que o Ocidente — ou Norte Global, ou Centro do Mundo — conseguiu sustentar a ideia de que ele é o fundador do pensamento científico e das próprias RI.

Tal fator é confirmado nesse processo de reescrita da história que mencionamos. Muito além do Orientalismo de Said (2007), Zarakol (2022) nos aponta que ocorreu um processo de reestruturação do entendimento das lógicas entre nações por parte da academia, de modo que as RI foram apenas entendidas assim a partir do Tratado de Vestfália e do desenvolvimento do Estado-nação moderno europeu. O que a autora vai demonstrar é que relações entre impérios e, em grande medida, Estados já ocorriam de forma ampla no continente africano séculos antes do desenvolvimento dos conceitos europeus de RI.

Portanto, não se trata apenas de compreender, a partir de um evolucionismo, o Oriente e o “mundo árabe” como atrasado, ou um Ocidente a nascer, mas entender que o este não deve ser o parâmetro. Existem mundos além do WASP que não devem ser tolhidos e comparados por um viés que coloca a cultura dos Estados Unidos ou da Europa como ápice humano.

Refletir sobre essa construção da alteridade pela disciplina é colocar no centro um processo de negação do Outro, para a construção de um *ethos* particular, protagonista da História e branco. Esse processo precisa ser financeira e tecnologicamente sustentado por um aparato colonizador acadêmico, restringindo o acesso de pesquisadores do Sul Global ao *mainstream* acadêmico. Finalmente, dotando-se de uma neutralidade ilusória, aponta-se para os poucos estudiosos do Sul como não científicos, descartando seu conhecimento como subjetivo, em prol da subjetividade WASP vigente.

Reiterar tais posicionamentos é compreender a ciência como relações textuais e, acima de tudo, discursivas. A construção do próprio fazer ciência é colocada em xeque pela inclusão da ADF como uma ferramenta teórico-metodológica. Com essa visão ampla que a criticidade da ADF nos permite desenvolver, é importante debatermos suas implicações também metodológicas para as RI e para as Ciências Humanas, assim como adentrarmos em relações com outras teorias do campo. Assim, será possível visualizar de maneira mais direta sua contribuição metodológica para a área e para o entendimento do(s) “mundo(s) árabe(s)”.

Implicações metodológicas

Para dividir as implicações metodológicas, precisamos, primeiro, reconhecer os principais pontos de conexão com teorias para as RI e, posteriormente, entender os recortes de uma pesquisa a partir da ADF. De início, devemos considerar a Virada Linguística dos anos 1980 dentro das RI, momento em que os autores não mais se preocupam com a relevância ou não da linguagem e passam a considerar como incluí-la no cânone das RI.

De fato, até aquele momento, o papel da linguagem estava cristalizado em Wendt (1999): ele era abordado, mas não aprofundado. A linguagem aparecia como uma nota de rodapé incômoda, de modo a considerar sua existência, sem levar em conta a sua

posição na construção de realidades ou de mundo, tal qual Wendt (1999) apresentava em sua famosa contribuição Construtivista.

Apenas com a Virada Linguística que o positivismo entranhado nas teorias tradicionais vai ser superado, de modo a considerar a possibilidade da transdisciplinaridade como um motor de conhecimento. Nessa esteira, autores como Der Derian e Shapiro (1989), Onuf (1989), Kratochwil (1989), Doty (1996), Milliken (1999, 2015) e Fierke (2002) vão ser centrais para a consolidação desse campo, quando a linguagem deixa de ser uma ferramenta ou uma categoria abstrata no rodapé para se tornar uma produtora ativa do mundo em que vivemos (Wodak, 2012).

De modo similar ao visto pela ADF, o encontro da Linguística com as RI proporcionou uma miríade de interpretações, cada qual focada em autores, conceitos ou abordagens específicas. Esse encontro, inclusive, tensionou as barreiras de divisão das teorias das RI. Isso é possível de ser percebido pela contínua aproximação entre o Construtivismo e o Pós-Estruturalismo (Silva; Landucci, 2024).

De fato, a posição de meio-termo assumida pelo Construtivismo Clássico entre as teorias positivistas e as teorias pós-modernas deixa de fazer sentido, conforme as fontes do Construtivismo chegam em leituras mais críticas. Os conceitos abordados ainda mostram uma raiz do entendimento clássico sobre as construções sociais. Questões como o conhecimento intersubjetivo e a atuação dos atores na construção das realidades são inerentes ao pensamento construtivista, seja ele qual for. No entanto, máximas como a possibilidade de apreensão de uma realidade fora da construção social deixaram de fazer sentido.

Por isso, o Construtivismo em seus moldes atuais e mais pós-moderno deixa de lado seus resquícios positivistas, afirmando que não existe realidade além do discurso, afirmação típica Pós-Estruturalista. Nesse ponto, podemos fazer uma divisão dentro da teoria, vista em Das (2009, p. 962) e como consequência direta da Virada Linguística. De um lado, temos autores do dito Construtivismo Convencional, que sustentam a existência de uma realidade fora da interpretação e cuja maior inspiração no campo da Linguística é Habermas e sua defesa da racionalidade do discurso. Nesta definição, incluimos Wendt (1999), Onuf (1989) e Kratochwil (1989).

Isso não é dizer que o trabalho desses autores é acrítico, mas que o entendimento de discurso deles aparece ainda pautado em uma ideia da linguagem como ferramenta, e

não como parte do poder. Essa perspectiva aparece nos Construtivistas Críticos, cuja base em Foucault e Derrida demonstra esse poder discursivo crítico de produção e reprodução de realidades e ideologias. Aqui, as autoras mais influentes são Doty (1996) e Milliken (1999, 2015), que, muitas vezes, podem acabar incluídas dentro da “caixa” do Pós-Estruturalismo.

Essa imersão do discurso dentro das RI, portanto, nos aponta para questões metodológicas de escolha de fontes e, inclusive, de resistência frente à dificuldade do *mainstream* de reconhecer o poder do discurso (Ghica, 2013). Por isso, foi central escolher o Construtivismo Crítico como aporte teórico das RI para o nosso estudo de caso. Sua aliança a autores basilares da ADF, seu caráter crítico e o seu entendimento de conceitos como intersubjetividade e produção da realidade nos permitem o apoio necessário para a construção da nossa análise.

Ainda, em tal esteira, podemos estabelecer bases para nossa análise a partir de ferramentas metodológicas centrais, aportadas tanto na ADF quanto no Construtivismo Crítico. Metodologicamente, o estudo do discurso nas RI, conforme proposto por Milliken (1999), passa por quatro formatos centrais, que estão conectados com os objetivos específicos do pesquisador e os discursos de seu interesse.

Pensado a partir de Derrida (1967), o método desconstrutivo busca desvendar o processo de construção de realidade presente em um texto, ao mesmo tempo que propõe outras realidades, desconstruindo a essencialidade de verdades. O segundo, o justapositivo, também tensiona a ideia de verdade objetiva, comparando duas narrativas sobre um mesmo fenômeno. Ainda, aquele que a autora denomina de saberes subjugados aprofunda a análise em formas de saber não hegemônicas, questionando verdades do *mainstream*. Finalmente, o método genealógico discute relações de poder por meio de relatos discursivos históricos.

Essas quatro formas de dar sequência metodológica à análise do discurso dependem inteiramente do entendimento do pesquisador sobre os aspectos teóricos da ADF, não podendo ser usadas de forma mecânica e sem consideração. Inclusive, isso se torna essencial, pois estamos falando de uma análise de texto em contexto, uma análise que Godinho (2016) vai chamar de funcionalista. Essa análise apresenta origem direta na teoria da ADF.

Por outro lado, ainda temos as metodologias descritivas, focadas em aspectos gramaticais ou estruturantes do discurso, ou as autônomas, que, segundo Godinho (2016),

incluem a análise de conteúdo e a hermenêutica. Essas abordagens se diferenciam por não atribuírem primazia ao contexto histórico e social na construção de suas análises.

A análise que segue na próxima seção foi fruto de uma pesquisa que metodologicamente se inseriu na perspectiva funcionalista, a partir do método dos saberes subjugados e da genealogia. Por fazer parte de uma pesquisa mais ampla, decidimos focar no interdiscurso do “entre-lugar” na mídia britânica e na francesa como abordagem analítica central, tentando entender tal categoria e, em última instância, notar a diferenciação e aproximação da ideia da Tunísia com a noção homogeneizante de “mundo árabe”.

Utilizando, a partir dos princípios da Análise do Discurso, um número de textos generalizável, capaz de estabelecer padrões e mudanças em um sistema interdiscursivo (Tatum, 2018), foram selecionados 77 textos jornalísticos para a análise original. A seleção tomou como ponto de partida os assassinatos de líderes de oposição na Tunísia, passando pelas eleições de 2014 e se encerrando no autogolpe de Kaïs Saïed, em 2021. A escolha de fontes também foi diversa, partindo de seis jornais em três línguas (inglês, francês e português): *BBC*, *France 24*, *G1*, *TASS*, *Al Jazeera English* (AJE) e *Al Arabiya English* (AAE). Essas especificações são importantes por mostrarem, ainda mais, os desenhos metodológicos de uma pesquisa com a ADF.

Para o presente estudo, detivemo-nos apenas no discurso denominado “Ocidental”, representado pela britânica *BBC* e pela francesa *France 24*. A justificativa para tal recorte surge da própria fundação do interdiscurso orientalista no seio de tais sociedades e na importância de compreender a permanência dessas narrativas atualmente. Ainda, ambos os países detiveram relações imperialistas em relação à Tunísia, produzindo discursos próprios desse “entre-lugar” tunisiano. Sendo assim, o recorte proposto ressalta aspectos centrais do entendimento orientalista de “mundo árabe”.

Como exercício de estudo de caso para nossa abordagem da ADF, temos a Tunísia tanto como um espaço nacional de atuação de discursos quanto como um discurso por si só sobre uma nacionalidade. Os recortes metodológicos que estabelecemos nos permitirão olhar para a Tunísia a partir dessa visão e analisar como se deu a sua construção da sua identidade em relação ao “mundo árabe”.

Tunísia em (dis)curso²

A história da Tunísia é marcada por uma luta pela identidade nacional vista desde sua fundação como Estado-nação moderno. Em 1956, aos auspícios de sua independência do protetorado francês, Habib Bourguiba e Ben Youssef disputavam a narrativa hegemônica sobre a identidade do país. Respectivamente, as políticas discursivas se baseavam, de um lado, em uma transição gradual e uma referência primordialmente ocidentalizada para o país, e do outro, em uma ruptura completa com a França e uma aproximação com as nações do “mundo árabe” (Wolf, 2017).

O sucesso e a ascensão de Bourguiba como presidente tunisiano levaram ao estabelecimento da primeira narrativa como a central do país. Não obstante, o político implementou uma profunda diferenciação da Tunísia sobre o “mundo árabe”, tendo como principal referência a separação em relação a uma identidade nacional muçulmana. De um dos principais centros de ensinamento do Islam³ a um bastião do secularismo (*Ibid.*), a Tunísia passou por um processo autoritário de exclusão, que é central para entendermos o conceito de silenciamento da ADF.

Orlandi (2005) vai explicar duas definições de silenciamento para a ADF. De um lado, temos a perspectiva da censura, que proíbe a circulação de um discurso em determinado contexto. De outro, temos o silenciamento discursivo, no qual o ato de falar X significa não falar Y, por exemplo. Esse é um processo simples que pode ser entendido, no contexto trabalhado, como o ato de Habib Bourguiba — primeiro presidente pós-independência da Tunísia, em 1956 e, portanto, uma autoridade — dizer que a Tunísia é uma “civilização mediterrânea” (Bourguiba, 1966, p. 486), excluindo da identidade tunisiana sua herança árabe, muçulmana, amazigh ou africana.

Essa política identitária se manteve durante o governo de Ben Ali, presidente que depôs Bourguiba e assumiu o controle da nação de 1987 a 2011. Durante seu mandato, houve a intensificação das alianças com potências ocidentais, como os Estados Unidos, e as bases para tais parcerias foram estabelecidas no discurso da proximidade cultural e identitária da Tunísia com o Ocidente. Por consequência, em meio a uma intensificação

² A análise completa pode ser encontrada em Landucci (2025). Os resultados aqui destacados se apresentam de maneira parcial, para ilustrar, com um estudo de caso, a potência da ADF para o estudo dos chamados “mundos árabes”.

³ Optamos pela grafia de “Islam” ao invés de “Islã” por nos aproximarmos mais do original em árabe: إسلام.

internacional das tensões em relação ao Islam, o processo de distanciamento da identidade tunisiana em relação à religião se tornou latente.

Nesse sentido, a Tunísia de 2011, depois do seu processo revolucionário, era um país de reabertura de discursos, após os anos de Ben Ali no poder. A posição do Islam na sociedade tunisiana se tornou fator central após a vitória do Movimento Ennahda como partido principal na Assembleia Constituinte do país. Tal fator se demonstrava não apenas surpreendente, mas significativo para uma nova identidade tunisiana, pois o partido havia vivido em perseguição e clandestinamente durante os governos de Bourguiba e Ben Ali (Landucci, 2025).

A razão central para tal perseguição se fundou principalmente em sua ideologia, no Islam Político e na sua proposta identitária para a Tunísia, amplamente distinta daquela promovida pelos presidentes. O Islam Político é aqui entendido como uma ideologia de movimentos, grupos e partidos políticos que apresentam o Islam como base discursiva e que, no caso do Ennahda, buscava o retorno da religião na realidade social tunisiana. De maneira ampla, essa narrativa foi associada ao terrorismo, ao autoritarismo e a uma essência completamente oposta à de “cultura ocidental” (Jong; Ali, 2023), fator que propiciou sua perseguição por parte dos presidentes e sua distinção em relação a uma identidade tunisiana essencializada.

Ainda, é preciso que compreendamos esse momento de abertura decorrente do processo revolucionário de maneira crítica. A Primavera Árabe, como ficou conhecida a Revolução Tunisiana, é aqui entendida como um construto discursivo ocidental que buscou homogeneizar e ressignificar os movimentos revolucionários ocorridos no chamado “mundo árabe”. Em muitos casos, a população local optou pelo termo *Thawra* — “Revolução”, em árabe (Landucci; Rocha, 2021, 2022; Landucci, 2025) —, não recorrendo, assim, a uma visão europeizada de revoluções como estações do ano.

Ademais, seu sucesso, ou não, também foi enquadrado a partir de uma visão total da região, de forma que o caso tunisiano se tornou preso aos acontecimentos de outras nações, especialmente ao golpe sofrido pela Irmandade Muçulmana no Egito em 2013 (Landucci, 2025; Marks, 2016). Esse movimento no território egípcio marcou não apenas um foco negativo para a Revolução, como colocou o Movimento Ennahda sob intenso escrutínio internacional, favorecido por um medo orientalista de uma virada autoritária do Islam Político.

Por essa razão, os anos seguintes, após tal vitória, foram marcados por uma intensa luta política por parte do Ennahda, encurralado em um medo discursivo intersubjetivo em relação à sua ideologia e às suas propostas políticas. Essa lógica vai se tornar ainda mais preocupante em 2013, com o assassinato de Chokri Belaid e Mohamed Brahmi, dois líderes de oposição. Nesse momento, o discurso de relação, e principalmente distância, com o “mundo árabe”/muçulmano se torna mais latente, sendo a Tunísia comumente descrita como o “bastião do secularismo árabe” (Tunisia [...], 2013b, tradução nossa).

Essa diferenciação de outros países de maioria árabe está amplamente presente na cobertura ocidental, como em uma das notícias da *France 24*: “‘Tunisianos não estão acostumados com isso [...] Isso é um caso isolado’ [...]” (Hamza, 2013, tradução nossa). Buscando o amplo contexto de aumento nas tensões e foco para a violência na região, torna-se evidente que o “não dito” do discurso se refere a uma estabilidade em referência à ameaça terrorista muçulmana regional construída pelo Orientalismo.

Como mostrado, a cobertura da *France 24* buscou, em um primeiro momento, tratar os assassinatos como atípicos e não pertencentes à realidade política tunisiana, debruçando-se sobre consequências políticas e a possibilidade de saída do Ennahda. De maneira ampla, a cobertura da *BBC* nos é mais relevante por ressaltar essa identidade tunisiana em relação ao “mundo árabe”. O principal interdiscurso presente relacionado ao tema se faz presente na questão da homogênea Primavera Árabe.

Os tons dramáticos mostram um discurso que busca proteger a Revolução e, acima de tudo, a identidade tunisiana dos “islâmicos” do Ennahda: “[...] pessoas que pensavam que a violência e a divisão haviam acabado quando a Primavera Árabe varreu o país dois anos atrás agora se veem protestando nas mesmas ruas, enfrentando a polícia de choque e acusando o governo liderado pelos islamistas de roubar sua revolução” (Tunisia [...], 2013b, tradução nossa). A Revolução como construto ocidental é central para marcar a Tunísia como uma exceção à ideia de “mundo árabe”, sendo o país usualmente conhecido como o único sucesso da Primavera Árabe.

Como consequência, o secularismo aparece como um fator central para garantir a estabilidade desse construto ocidental, fator ameaçado pelo Islam Político. Isso pode ser visto em: “Críticos dizem que o Ennahda permitiu que grupos muçulmanos ultraconservadores impusessem sua vontade sobre um bastião do secularismo árabe” (Tunisia [...], 2013b, tradução nossa). Em outra notícia do mesmo período, fica evidente a

continuidade de tais tons, sendo a Tunísia construída como “uma nação tradicionalmente secular” (Tunisia [...], 2013a, tradução nossa).

Essa multiplicidade de “entre-lugares”, ou ainda reiteração do país como ocidentalizado, posiciona a Tunísia em um espaço discursivo particular em relação ao homogêneo conceito de “mundo árabe”. Trata-se de um país que constantemente oscila entre aproximação e distanciamento: sua singularidade pode, por vezes, ser interpretada como uma ameaça ou um possível colapso das fronteiras identitárias ao se assemelhar aos demais países árabes; ou, em outra perspectiva, sua diferença é exaltada como uma essência própria, que o distingue dos demais países de maioria árabe e lhe confere uma identidade singular.

De maneira similar, o período de 2014 foi marcado por uma intensificação do discurso tunisiano de diferenciação em relação ao “mundo árabe”, destacando sua aproximação com o secularismo. Isso se dá com a chegada do partido Nidaa Tounes na esfera política do país, que é definido como um grupo político que amalgamava forças distintas, e até opostas, sob a égide de combater o Islam Político do país (Zollner, 2021). Apesar de deter uma ideologia clara de retirada da influência do Ennahda na esfera política, o Nidaa Tounes se tornou atrativo para a elite secular e para as potências ocidentais por propagar a visão de mundo de Bourguiba sobre a Tunísia.

Nesse sentido, sua vitória nas eleições de 2014 foi tratada com êxtase no discurso midiático ocidental, em uma comemoração do fim de uma presença do Islam Político sobre a Tunísia. Isso vai ser intensificado com as comparações com o “mundo árabe”, sendo o país mostrado como um “‘raio de esperança’ em uma região atormentada” (Tunisie [...], 2014a, tradução nossa). Esse processo de diferenciação vai marcando a identidade internacional de um país cada vez mais distante do estereótipo orientalista típico.

Em “Tunisie: laïc, séculier, anti-islamiste... comment qualifier Nidaa Tounès?” (2014b), a perspectiva histórica se mostra evidente no discurso da *France 24*, especialmente por considerar o termo *laïc* impreciso para descrever o contexto político tunisiano. De fato, a ideia de *seculier* apresentada pelo discurso do artigo estaria alinhada mais naturalmente a um discurso político da nação norte africana, em que o Islam ainda é uma força central para a marcação discursiva nacional. Essa perspectiva reforça a importância de termos em mente as questões históricas do discurso para entender a produção dos conceitos, sua exportação e sua importação.

Ainda, o discurso do Nidaa Tounes é exibido para mostrar que o Ennahda significaria uma aproximação com o “mundo árabe” e um Islam violento, enquanto “O Islam do Nidaa Tounes não é o do Movimento Ennahda. Nosso Islam é tunisiano” (Tunisie [...], 2014b, tradução nossa). Essa afirmação de Essebsi, líder do partido dito secular, demonstra a necessidade de uma separação nacional e identitária em relação ao Islam Político, usualmente ligado a países como o Egito ou outras nações do “mundo árabe”. Seu Islam seria marcadamente aquele de Bourguiba, enquanto o Ennahda seria, em princípio antitunisiano.

Essa cisão com a região é ainda motivada pela instabilidade de outros países em oposição à estabilidade da Tunísia. Isso é visto em uma citação da mesma notícia: “Estamos em um contexto regional árabe incerto — violência, jihadismo, terrorismo, um retorno à ditadura no Egito — o que significa que o voto tunisiano foi motivado por uma palavra de ordem, a do medo,” (Tunisie [...], 2014b, tradução nossa). Da mesma maneira que na BBC em 2013, o discurso da Primavera Árabe aparece para mostrar esse entre-lugar excepcional tunisiano.

No caso da BBC, esse período demonstrou a continuidade do discurso da Tunísia como ocidentalizada, em relação ao seu relativo sucesso no homogêneo movimento da Primavera Árabe. Tal fator é confirmado em: “A transição da Tunísia para um regime democrático após a revolta de 2011 foi saudada como uma história de sucesso regional. [...] A revolta foi a primeira e a menos violenta dos levantes da Primavera Árabe contra governos autocráticos em toda a região” (Tunisia [...], 2014, tradução nossa).

Essa diferenciação é ainda intensificada em: “Correspondentes dizem que os secularistas e islamistas da Tunísia conseguiram conduzir a transição para a democracia com menos acrimônia e derramamento de sangue do que seus vizinhos” (Tunisia [...], 2014, tradução nossa). Em uma mobilização de distanciamento da violência e do caos, típico de coberturas ocidentais baseadas no Orientalismo, o sentido acionado novamente mostra uma tentativa de aproximação com a Tunísia, distanciando-a de seu contexto regional.

Finalmente, em 2021, vemos novamente um tensionamento do entre-lugar tunisiano, desta vez focado nas ideias de autoritarismo e democracia. Como aponta Ventura (2016), o debate sobre alinhamento ou não do Islam com a democracia surge de uma base Orientalista, na qual os conceitos de Islam e de democracia são entendidos em

um sentido a-histórico e essencial. Devemos, portanto, reconhecer sua pluralidade de existência no discurso, assim como seus interdiscursos que o sustentam.

De qualquer modo, essa perspectiva foi reforçada por coberturas midiáticas que não apenas silenciaram vozes locais em relação ao autogolpe de Kaïs Saïed (Landucci, 2025), mas também construíram discursos baseados em simplificações e na manipulação da oposição ao seu favor. O caso da mídia ocidental se torna emblemático por se aliar ao Ennahda para mostrar o movimento do presidente como antitunisiano (*Ibid.*), colocando a identidade do país em sua democracia, fruto da Primavera Árabe, mesmo após extensas coberturas que o apresentavam como essencialmente distante da ideia de democracia.

O autogolpe de Kaïs Saïed ocorreu em um momento de significativo aumento de tensões entre o presidente, o parlamento e o primeiro-ministro. Saïed foi eleito como candidato independente em 2019 e se consolidou como força política a partir do aumento do desgosto popular em relação ao parlamento, amplamente composto pelo partido Ennahda. Em 2021, com os impactos da pandemia da COVID-19 no território tunisiano, Saïed utilizou-se da prerrogativa de salvaguarda da nação para destituir o primeiro-ministro e congelar o parlamento, revertendo anos de mudanças decorrentes da Revolução e tomando para si poderes anticonstitucionais.

Nos discursos midiáticos, tais ações foram recebidas com amplas críticas, no caso da *France 24*. De modo a diluir seu descontentamento em relação ao presidente, o veículo utilizou-se do discurso do Ennahda e de seu líder, Rached Ghannouchi, para construir-se como objetivo. Isso está presente em: “Tunísia: O presidente do Parlamento alerta sobre ‘o retorno ao poder absoluto de um só homem’” (Tunisie [...], 2021, tradução nossa). Esse alerta traz uma perspectiva histórica, relacionando-se com o autoritarismo tunisiano de maneira inédita.

Evidentemente, a perspectiva defendida pelo jornal em seu discurso é a de que a democracia tunisiana deveria ser defendida, mas se distancia da ideia de que o autoritarismo no país marcaria sua diferença em relação à ideia de “mundo árabe”. Ainda, o peso da Revolução, como um construto homogêneo e que deve ser protegido pelo Ocidente do destino regional, aparece em trechos como: “é um retorno ao poder absoluto de um só homem contra quem a revolução ocorreu” (Tunisie [...], 2021, tradução nossa).

O caso da *BBC* torna-se mais emblemático nesse sentido, como na afirmação de que: “A revolução da Tunísia em 2011 é frequentemente considerada o único sucesso das

revoltas da Primavera Árabe em toda a região, mas não trouxe estabilidade econômica nem política” (Tunisia’s [...], 2021, tradução nossa). A perspectiva do excepcionalismo tunisiano e da diferenciação em relação ao “mundo árabe” se torna evidente e se mostra sustentada pelo interdiscurso de estabilidade tunisiana oriundo das alianças das potências ocidentais com os líderes autoritários do país.

Tal perspectiva é reforçada em Abdelhadi (2021, tradução nossa), que informa que “Os olhos de muitas pessoas estão voltados para o pequeno país no Norte da África que incendiou o Oriente Médio quando, em 2011, derrubou um ditador que o governava havia 27 anos”. Nesse sentido, podemos ver que o principal apelo narrativo para as construções noticiárias da *BBC* é o discurso da Primavera Árabe e sua construção de empatia para audiências anglófonas.

No geral, esse convite para reflexões sobre a Tunísia nos mostra como as ideias de “mundo árabe” são construídas politicamente, por interdiscursos e contexto sócio-históricos ideológicos distintos. A proposta aqui feita é de, acima de tudo, um exercício de posicionamento discursivo, no qual a Tunísia é entendida como uma categoria móvel, podendo ser aplicada ou não ao conceito de “mundo árabe”, de acordo com os interesses ideológicos.

Nos casos analisados, notamos uma clara distensão da identidade “árabe” tunisiana por parte da mídia ocidental com o intuito de defender algum discurso entendido como proveniente do Ocidente. Para a *BBC*, tal perspectiva significou reiterar a Primavera Árabe como um movimento que precisa ser salvo pelo Ocidente a qualquer custo, seja criticando abertamente o Islam Político ou se aliando a ele para posicionar-se contra Kaïs Saïed. Apesar da *France 24* se posicionar de maneira similar em relação ao movimento, a defesa mais ampla aparenta ser de um secularismo latente e de uma democracia a surgir.

Nesse sentido, é possível entendermos ambas as posições como utilizando-se de um discurso de “mundo árabe” construído em torno de símbolos essenciais que servem de amparo para posicionar a Tunísia em um “entre-lugar”. As reflexões possibilitadas pela ADF, a partir do estudo encontrado em Landucci (2025), nos permitem tensionar o uso político da identidade tunisiana e utilizar nossa voz para dar espaço para perspectivas outras.

Em vez de enquadrar a Tunísia em conceitos como secular, religioso, democrático ou autoritário, podemos entendê-la a partir de seus próprios discursos plurais, contradições e acordos sociais, a fim de englobá-la não como um objeto, mas como um agente do

discurso. Esse convite para reflexão, ainda que breve, nos aponta para a potência da ADF como uma ferramenta crítica de construção, desconstrução e reconstrução de mundos, em que a essencialização e a estabilidade de conceitos deve ser evitada.

Considerações finais

A ADF como ferramenta teórico-metodológica para pensar criticamente o(s) “mundo(s) árabe(s)” convida o pesquisador a valorosas questões sobre a construção acadêmica, midiática, política e, em última instância, discursiva de um “Eu” e um “Outro”. De fato, a possibilidade de tensionar ideologias a partir das concepções do discurso reforça o pensamento sobre o conhecimento neutro como ilusório e desnecessário.

A partir da exposição da teoria e de suas implicações epistemológicas e metodológicas, fica evidente que a ADF é uma forte ferramenta contra o Orientalismo, cuja principal característica é sua visão a-histórica dos processos sociais. Colocar a centralidade no contexto social e histórico por parte do pesquisador dota a ADF de uma característica transformadora de noções intersubjetivas e questionadora de discursos essencializados.

Esse é o caso, por exemplo, da imagem da Tunísia em relação ao “mundo árabe”. Muito mais do que um “entre-lugar”, a Tunísia surge como uma formação discursiva em disputa no discurso ocidental midiático, em que sua essência muda de árabe para mediterrânea de acordo com os interesses em jogo. Desse modo, compreender a Tunísia como completamente distinta do “mundo árabe” ou componente integral dele é simplificar complexos processos históricos de identificação e diferenciação.

Em última instância, realizar tal aproximação ou distanciamento é silenciar as vozes de uma população inteira, em prol de um interesse específico, como a luta contra o Islam Político ou a defesa de uma Revolução ocidentalmente construída. A ADF é, portanto, um aparato teórico-metodológico de resgate de voz, segundo o qual reconhecemos as potências da ideologia e as desconstruímos para que outras vozes sejam ouvidas.

Para as RI, esse é um movimento de sobrevivência da área, em um mundo no qual a ordem previamente estabelecida pelo Ocidente não se sustenta e outras vozes precisam atender ao chamado da ação. Essa desconstrução de um campo construído a partir do colonialismo e do imperialismo não é apenas importante, mas também é necessária para a manutenção da relevância da área, assim como de seu alcance.

Em suma, o que propomos é um convite para a inclusão da Análise do Discurso Francesa, ou Brasileira, no cânone da disciplina não apenas como uma ferramenta metodológica, mas como uma teoria potente de implicações epistemológicas. Realizar tal movimento é reconhecer a importância da mudança para as RI e o peso que os pesquisadores terão nela.

Referências

- ABDELHADI, M. Tunisia crisis: Democrats, despots and the fight for power. *BBC*, [s. l.], 3 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-58071263>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- ABDELKADER, D.; ADIONG, N.; MAURIELLO, R. (Eds.). *Islam and International Relations: Contributions to theory and practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.
- BAKIR, A. Islam and International Relations (IR): why is there no Islamic IR theory? *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 22-38, 2023.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BOURGUIBA, H. The Tunisian way. *Foreign Aff.*, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 480, 1966.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 1995.
- DAS, R. Critical social constructivism: “culturing” identity, (in)security, and the State in International Relations Theory. *The Indian Journal of Political Science*, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 961-982, 2009.
- DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. *International/intertextual relations: postmodern readings of world politics*. [s. l.]: Lexington Books, 1989.
- DERRIDA, J. *De la Grammatologie*. Paris: Editions de Minuit, 1967.
- DOTY, R. L. *Imperial encounters: the politics of representation in North-South relations*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- EID, M.; KARIM, K. H. (Eds.). *Re-imagining the other: culture, media, and western-muslim intersections*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *Letras*, Santa Maria, n. 27, p. 39-46, 2003.
- FIERKE, K. M. Links across the abyss: Language and logic in international relations. *International Studies Quarterly*, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 331-354, 2002.
- FUENTES, C. El racista enmascarado. *El País*, [s. l.], v. 23, p. 15, 2004.

GHICA, L. A. Discourse Analysis and the production of meaning in International Relations research. *Analele Universității din București. Seria Științe Politice*, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 3-9, 2013.

GODINHO, L. Discourse and international relations: a theoretical and methodological approach. *JANUS.NET*, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2016.

HAMZA, A. Assassinat de Chokri Belaïd: « Ils ont voulu le faire taire ». *France 24*, [s. l.], 6 fev. 2013. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/20130206-assassinat-chokri-belaïd-le-tuant-ils-ont-voulu-le-faire-taire>. Acesso em: 16 out. 2024.

HOLZSCHEITER, A. Between communicative interaction and structures of signification: discourse theory and analysis in international relations. *International Studies Perspectives*, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 142-162, 2014.

HUNTINGTON, S. P. *The clash of civilizations and the remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

JONG, A.; ALI, R. Political Islam as an incomplete and contested category: a post-foundationalist revision. *Religions*, [s. l.], v. 14, n. 8, p. 980, 2023.

KRATOCHWIL, F. V. *Rules, norms, and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LANDUCCI, L. P. *Covering political Islam: analyzing media discourses on Tunisia's Ennahda Movement*. 2025. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2025.

LANDUCCI, L. P.; ROCHA, E. S. O Orientalismo e o silenciamento midiático da Thawra: a imagem do ‘árabe’ e a construção de Mohamed Bouazizi. *GEPOM em Revista*, [s. l.], v. 2, p. 89-106, 2021.

LANDUCCI, L. P.; ROCHA, E. S. A transição tunisiana nos discursos da mídia ocidental: 10 anos de expectativas e Orientalismos. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 11, n. 22, p. 267-292, 2022.

MARKS, M. Did Egypt's coup teach Ennahda to cede power? *Transnational Diffusion and Cooperation in the Middle East*, p. 53, 2016.

MILLIKEN, J. The study of discourse in international relations: a critique of research and methods. *European journal of International Relations*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 225-254, 1999.

MILLIKEN, J. Discourse study: bringing rigor to critical theory. In: FIERKE, K. M.; JORGENSEN, K. E. (Eds.). *Constructing international relations: the next generation*. New York: Routledge, 2015. p. 136-159.

ONUF, N. G. *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., Maceió, 20-24 out. 2025. *Anais [...]*. Maceió: UFAL, 2003. p. 8-18.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

RESENDE, E. S. A. *A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista: Editora UFRR, 2011.

ROCHA, E. S.; CAMARGO, J. F. *Análise de discurso e relações internacionais: Considerações teórico-metodológicas*. São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011.

SAID, E. W. The clash of ignorance. *The Nation*, New York, v. 273, n. 12, 2001.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, S. *Uma leitura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, R. F. C. e; LANDUCCI, L. P. Saindo do armário ontológico: a identidade árabe queer a partir das teorias das Relações Internacionais. *Revista Monções*, Dourados, v. 13, n. 26, p. 83-107, 2024.

SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, P.; CHRISMAN, L. (Eds.). *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*.

New York: Columbia University Press, 1994. p. 66-111.

TATUM, D. S. Discourse, genealogy and methods of text selection in international relations. *Cambridge Review of International Affairs*, [s. l.], v. 31, n. 3-4, p. 344-364, 2018.

TUNISIA: Ennahda and opposition agree on power transfer. *BBC*, [s. l.], 5 out. 2013a. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-24413127>. Acesso em: 25 out. 2024.

TUNISIA mourns murdered politician Chokri Belaid. *BBC*, [s. l.], 8 fev. 2013b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-21381617>. Acesso em: 25 out. 2024.

TUNISIA election: Secularists set to oust Ennahda party. *BBC*, [s. l.], 27 out. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-29793230>. Acesso em: 4 nov. 2024.

TUNISIA'S PM sacked after violent Covid protests. *BBC*, [s. l.], 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-57958555>. Acesso em: 6 dez. 2024.

TUNISIE: avant les résultats, le principal parti séculier se dit confiant. *France 24*, [s. l.], 26 out. 2014a. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/20141026-resultats-tunisie-elections-legislatives-confiant-nidaa-tounes-essebsi-ennahda-jelassi>. Acesso em: 4 nov. 2024.

TUNISIE: laïc, séculier, anti-islamiste... comment qualifier Nidaa Tounès ? *France 24*, [s. l.], 28 out. 2014b. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/20141028-legislatives-tunisie-nidaa-tounes-laïque-seculier-anti-islamiste-liberal-ennahda>. Acesso em: 4 nov. 2024.

TUNISIE: le chef du Parlement alerte sur « le retour vers le pouvoir absolu d'un seul homme ». *France 24*, [s. l.], 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/afrique/20210924-tunisie-le-chef-du-parlement-alerte-sur-le-retour-vers-le-pouvoir-absolu-d-un-seul-homme>. Acesso em: 5 dez. 2024.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and context: A sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VENTURA, L. The “Arab Spring” and Orientalist Stereotypes: the role of Orientalism in the narration of the revolts in the arab world. *Interventions*, Italy, v. 19, n. 2, p.282-297, 2016.

WENDT, A. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WODAK, R. Language, power and identity. *Language Teaching*, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 215-233, 2012.

WOLF, A. *Political Islam in Tunisia: the history of Ennahda*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ZARAKOL, A. *Before the West: the rise and fall of Eastern world orders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

ZOLLNER, B. H. E. The metamorphosis of social movements into political parties. The Egyptian Muslim Brotherhood and the Tunisian al-Nahda as cases for a reflection on party institutionalisation theory. *British Journal of Middle Eastern Studies*, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 370-387, 2021.